

Educação permanente e saúde mental: uma cartografia das ofertas no Estado do Rio de Janeiro

Introdução: Desde finais da década de 80 do século XX, evidenciou-se, nacional e internacionalmente, a urgente e necessária reformulação dos paradigmas em Saúde Mental, principalmente no que concerne aos formatos de cuidado e de atenção vigentes até então. Tal mudança, evidentemente, implicou necessárias transformações na prática dos profissionais, como também nos processos formadores dos profissionais de Saúde Mental. Com a passagem de um modelo calcado nas instituições de internação - de caráter essencialmente hospitalocêntrico - a outro voltado para a construção de uma rede de atenção psicossocial extra-hospitalar de base comunitária, deparamo-nos com algumas questões que merecem destaque, no sentido de se pensar a formação das equipes, bem como os desafios que a ela se impõem: o que (e como) pensa o trabalhador de saúde mental? Quais espaços de formação estão instituídos? Quais são as ofertas de formação, e quem são os atores estratégicos? Tomando-se como base a rede de saúde do no Estado do Rio de Janeiro, é interessante observar que a reestruturação da assistência se iniciou de forma efetiva com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial, em 1996. Paulatina, porém, afirmativamente, esses serviços assumiram um papel primordial na reorganização das redes de saúde de seus territórios, atuando também na construção e transformação dos mesmos (Tenório, 2002). Ficam patentes, portanto, as mudanças no cuidado em saúde mental no Estado do Rio e a importância de observar mais profundamente a formação das equipes responsáveis por esse cuidado.

Objetivos: O presente trabalho teve como objetivo identificar e analisar estratégias de formação e qualificação das equipes de saúde mental implantadas no Estado do Rio de Janeiro, procurando compreender a aquisição de conhecimentos que ativem processos de formação permanentes nas equipes de saúde mental nos mais variados cenários de práticas.

Metodologia: Partindo dos objetivos anteriormente traçados, foi utilizada em nossa pesquisa uma abordagem qualitativa de pesquisa-ação (Minayo, 1995), que incluiu um levantamento bibliográfico, o mapeamento das instituições formadoras e a localização de atores estratégicos. As informações foram obtidas por meio de levantamento documental e entrevistas semi-estruturadas. Com base nesses dados, elaborou-se uma matriz analítica, que teve como finalidade precípua a sistematização e análise do material. Neste primeiro momento, investigamos instituições de ensino médio profissionalizante e superior (públicas e privadas), escolas de formação especializada, unidades de saúde, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS-RJ) e a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro (SESDEC).

Resultados: No que concerne aos resultados, verificou-se que não há um mapeamento oficial dos espaços ou das ações de educação em saúde mental. Existem atualmente, no Estado do Rio de Janeiro, 27 instituições de formação permanente em saúde mental, sendo 17 delas públicas e 10 privadas. Encontram-se disponíveis cursos para profissionais de ensino médio e superior, sendo a maior parte gratuita. Cabe, assim, questionar os limites, bem como o alcance desses espaços, na medida em que essa organização acaba por dar orientações - mesmo que não evidentes - ao fluxo de conhecimento e informação entre os profissionais. Quanto à abrangência, verificou-se

que, apesar de serem localizados, em sua maioria, na cidade do Rio de Janeiro, os profissionais que os buscam muitas vezes são oriundos de outros municípios e estados. Registre-se o fato de haver inclusive cursos de abrangência internacional. Ofertam-se cursos de educação à distância, o que pode em muito contribuir para a acessibilidade e para o intercâmbio entre os saberes-fazeres que se constituem em tais espaços. Além disso, a inserção no campo se revelou mais fácil em instituições de ensino e pesquisa do que nos serviços de saúde. Um outro interessante ponto de discussão assim se coloca, a saber, a distância historicamente construída entre a academia e a rede de saúde. Pudemos observar que a maior parte desses espaços nomeia-se como instituição de educação permanente, o que gera algumas problematizações, visto que o referido termo pode se dar de diversas formas que não as estruturadas e delimitadas em cursos. Cabe aqui assinalar a ampla discussão – cuja ampliação mostra-se premente - relacionada ao termo “educação permanente”. O caráter de permanência aqui em questão diz respeito principalmente à abertura constante, porém não estática e uniforme, dos processos formativos, de maneira que seja possível a troca constante de informações. Partindo dessa premissa, falar em “educação permanente”, nos leva também a observar o íntimo e indissociável contato entre estudo e trabalho; ou melhor, na gênese de saberes-fazeres, para além de relações de causalidade ou temporalidade entre eles. Conclusão: Dessa forma, foi possível observar nesta pesquisa a importância da publicização da formação em saúde mental e do papel central das instituições formadoras em sua implementação. Quais seriam, afinal, os limites e o alcance desses espaços e sua influência na orientação do fluxo de conhecimento e informação entre os profissionais? Entendendo que o mundo do trabalho é uma escola (Mehry, 2005), pode-se considerar que a formação permanente se dará também na rede de serviços. Por isso, uma etapa seguinte desta pesquisa é a investigação de outros dispositivos na rede, tais como a supervisão clínica-institucional. Referências bibliográficas: AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995. CECCIM, R.B. **Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário**. Interface Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.16, p.161-77, set.2004/fev.2005. MERHY, E. E.. **Engravidando Palavras: o caso da integralidade**. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/Home%20LTC/mestrado/arquivos/semmerhy.pdf>>. Acessado em: 04/jun/2008. 2005. MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1995. TENÓRIO, F. **A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 9, n.1, p.25-59, jan./abr. 2002.